

O SILÊNCIO DOS GRITOS ENSURDECEDORES: POR UMA OUTRA PERSPECTIVA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL¹

João Paulo Pimenta (2022) defende que a independência brasileira possui três dimensões: a “história propriamente dita”, vinculada à imagem oficial da história da independência; a memória; e a historiografia. Cada uma delas com suas características. Na primeira, encontram-se os processos, as forças sociais, os personagens e as relações de causa e consequência. A segunda dimensão encarna interesses de camadas específicas da sociedade no tempo presente. Finalmente, a terceira é a explicação historicizada das distintas narrativas sobre o fenômeno da independência do Brasil.

Ainda, os três elementos são mesclados constantemente, já que “quem escreve a história da independência, escreve a memória da independência” (Pimenta, 2022). Dessa forma, atualizações analíticas relativas ao processo da independência a partir de outras concepções podem ser salutares. Principalmente, se tais abordagens resgatam ações de atores deliberadamente esquecidos ou diminuídos, como os negros e os indígenas. De fato, as elites brasileiras do século XIX procuravam reduzir e apagar a importância dessas

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

Professor associado do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Brasil).

tulio.ferreira@academico.ufpb.br

Lucas Barros de Souza

Bacharel em Relações Internacionais pela UFPB.

lucas.barros@academico.ufpb.br

Lara Gabrielle Morais Pordeus

Bacharelanda de Relações Internacionais pela UFPB.

lara.morais@estudantes.ufpb.br

Sarah Gabrielle Lopes Conserva

Bacharelanda de Relações Internacionais pela UFPB.

sarah.conserva@academico.ufpb.br

Roberto Lucas Correia Costa

Bacharel em Relações Internacionais pela UFPB.

roberto.lucas@academico.ufpb.br

Jonathan de Almeida Bezerra

Bacharelando em Relações Internacionais pela UFPB.

jonathan.almeida@academico.ufpb.br

parcelas sociais, reforçando estereótipos como o da “bela mulata” e “bom selvagem” (Skidmore, 1976).

Queiroz (2017) defende que, por muito tempo, a historiografia brasileira negou ou tentou mitigar e apagar a contribuição da população negra para a Independência nacional através da adoção de grandes personagens. Assim, a sociedade branca “desenvolveu práticas, narrativas nacionais, mitos fundadores e discursos constituidores de estruturas sociais excludentes” (Queiroz, 2017, p. 98). A ruptura dessa narrativa veio somente em 1959, a partir do pioneirismo do trabalho de Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*. Este sociólogo argumentou que os escravizados foram força dinâmica no processo histórico, pensamento que foi de encontro os estudos que consideravam estes atores como elementos dóceis. Em sua visão, os escravizados foram cruciais na luta contra um sistema que necessitava sujeitá-los para continuar existindo, por isso eles foram importantes tanto na independência brasileira quanto na oposição direta à escravidão (Moura, 1981).

Segundo Miguel Borba de Sá (2016), a elite brasileira nasceu e se desenvolveu com o medo de ocorrer no Brasil o chamado *Haitianismo*². A Revolução Haitiana fora muito difundida na sociedade brasileira, fato que acaba promovendo convergência nas elites e recrudescendo o conservadorismo no Brasil (Mourão, 1999, p. 170-172 apud Sá, 2016, p. 7). Como exemplo, Queiroz (2017) cita a Revolução Pernambucana, na qual figuras importantes à época, como o capitão-de-fragata José Maria Monteiro, tinham receio de serem tomados como exemplo pelos revoltosos e sacrificados como ocorrera com a elite branca no caso do Haiti.

No que concerne as populações indígenas, continuamente forçadas à sujeição no período colonial, elas também foram figuras ativas na luta contra o colonizador. Todavia, como argumenta Vânia Moreira (2022), por muito tempo, a historiografia dos períodos imperial e republicano, assumiram a ótica portuguesa, excluindo a participação dos povos indígenas nesse processo. Não obstante, o retrato criado pelos portugueses pode ser examinado em duas frentes. A primeira parte da análise da pintura “O Grito da Independência”, de Pedro Américo. Esta obra, que se propôs a representar a independência do Brasil com veracidade, excluiu completamente a influência dos povos indígenas neste processo, negando a sua participação nos conflitos ocorrido às vésperas da emancipação brasileira (Moreira, 2022). A segunda abordagem parte do movimento indianista, que surgiu após a independência. Nesse movimento, o indígena foi descrito de uma forma pejorativa, construindo narrativas que negam ou distorcem a veracidade histórica e propalando a superioridade moral dos brancos (Moreira, 2022).

Desse modo, é perceptível que os negros e indígenas participaram ativamente do processo de Independência do Brasil, sendo a força motriz de movimentos políticos que contrastavam a ordem social vigente e buscavam igualdade. Escravizados, ex-escravizados e indígenas foram integrantes das movimentações insurgentes. Sendo assim, apesar da construção de mitos e personagens grandiosos da nossa libertação de Portugal, que minimizaram e silenciaram por anos os esforços dos setores populares, é perceptível que jamais os negros e indígenas brasileiros assistiram de braços cruzados ou agiram passivamente com relação à Independência do Brasil.

Portanto, ressaltar, enfatizar e valorizar a importância desses atores é fundamental para melhor descrever seus papéis históricos e contribuir para o melhor entendimento do processo de independência. Também, é combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que chega ao seu bicentenário de independência política convivendo com concepções e atitudes de discriminação racial enraizadas em suas instituições e práticas cotidianas. (Almeida, 2016).

PALAVRAS-CHAVE

**Independência;
política externa
brasileira;
racismo.**

PALABRAS CLAVE

**Independencia;
política exterior
brasileña; racismo.**

KEYWORDS

**Independence;
Brazilian foreign
policy; racism.**

Recibido:
15/08/2022

Aceptado:
18/05/2023

Dessa forma, a iniciativa da *Revista Estudios Brasileños* em contribuir para devolver o protagonismo aos participantes aliados da narrativa da construção da Nação e do Estado brasileiros, auxilia a vontade renovadora de entendimento da História do Brasil. Em consonância com esta vontade, apresenta-se a entrevista com Karine de Souza Silva e Marta Regina Fernández y García, duas pesquisadoras da dimensão étnico-racial na história brasileira. Karine Silva é mestra e doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Brasil), e professora dos programas de pós-graduação em Direito e em Relações Internacionais dessa mesma universidade. Marta Garcia é a atual presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI-gestão 2021-2023), e professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sendo mestra e doutora em Relações Internacionais por esse mesmo Instituto.

A entrevista combina três dimensões: a histórica; a Epistêmica e do Racismo Estrutural; e a dimensão internacional do racismo brasileiro. Em conjunto, estas dimensões contribuem para o melhor entendimento do papel de indígenas e afrodescendentes na História do Brasil. Resgatar as vozes e o protagonismo desses atores é reconhecer seus papéis cruciais na construção da independência do Brasil. Vejamos.

1. A dimensão histórica

Entrevistadores: Na dimensão étnico-racial, em razão do bicentenário da Independência brasileira, qual a sua leitura sobre o papel dos atores indígenas e das populações pretas no processo de independência?

Karine de Souza Silva: Existem dois caminhos de resposta. Um é o caminho que se refere ao ativismo desses povos durante o período da chamada Independência do Brasil. Sabemos que essa independência tem um caráter bem atípico, no sentido de que é protagonizada pela própria família portuguesa. É diferente dos processos africanos, que foram protagonizados pelos povos negros, africanos. Independência que, lá, significava uma ruptura total com a metrópole. O objetivo dos movimentos de descolonização era esse, tanto no continente africano como asiático. No Brasil, a passagem de poder é, de alguma forma, para as mesmas mãos colonizadoras. Isso não significa que não existiam movimentos contrários a esta continuidade. Desde que os primeiros portugueses chegaram aqui, tanto os indígenas quanto os negros que vieram escravizados sempre se insurgiram contra a colonização. Então, os intentos de independência, de uma independência real, genuína, sempre aconteceram. É interessante citar o trabalho do intelectual negro brasileiro, Marcos Queiroz, que mostra que a independência no Brasil se dá muito mais por conta do medo que se tinha de ocorrer uma Revolução como a Haitiana aqui no país³. A partir de sua pesquisa, ele faz uma reviravolta em todas as discursividades sobre a Independência do Brasil. Então, eram muitas as revoltas. Outro autor, o Clóvis Moura, vai mostrar nos seus trabalhos, inclusive naquele texto sobre rebeliões na senzala⁴, como essas resistências anticoloniais já existiam no Brasil. Os povos negros e indígenas sempre foram protagonistas com suas próprias histórias e sempre lutaram contra a colonização. E a independência ocorre justamente por medo dessas rebeliões, para que aqui não houvesse uma Revolução Haitiana. O Haiti foi a primeira república negra, lá se promove uma revolução, uma rebelião que é super bem-sucedida, pois os haitianos vencem os franceses, o exército de Napoleão. Esse é um tema fundamental para entender o sistema internacional e que deve ser tratado nas Relações Internacionais. A Revolução Haitiana deve ser incluída como uma das revoluções importantes na história da modernidade, pois ela vai respingar aqui no Brasil, seguramente. É importante entender que, como mostra a pesquisa do Miguel Borba de Sá, os jornais da época mostravam de forma pejorativa os haitianos, sendo que o *haitianismo* foi um termo cunhado com vários significados pejorativos aqui no Brasil⁵. E tratando da Revolução Haitiana, por exemplo, tem que lembrar que o Simón Bolívar esteve no Haiti, se preparou e teve treinamento antes de partir para as lutas de independência aqui nos nossos países da América do Sul. Portanto, o Haiti tem uma posição central nessa independência. Por outro lado, obviamente, vocês vão observar que entre os movimentos negros e indígenas não existe comemoração para bicentenário, nem centenário da Independência. Esse é um tema que para nós realmente não significa independência, pelo contrário, tem ainda um pesar no sentido de que o Brasil é um país que tem uma abolição ainda inconclusa.

Tratando agora pelo segundo caminho, que é sobre hoje, tanto os povos negros quanto os povos indígenas ainda estão lutando por uma independência, lutando por uma decolonização, porque tivemos a chamada descolonização. É isso que as teorias decoloniais vão mostrar. Quando findaram as administrações coloniais, como no caso do Brasil, a colonização continuou no mundo. Ainda existem vários lugares que estão sob égide de colonização. Os autores e autoras decoloniais vão mostrar que quando findaram as administrações coloniais não acabou o processo de dominação baseado nessa classificação social e nesse processo de dominação do ser, do saber e do poder. Esta ideia foi desenvolvida por vários autores, ou seja, eles demonstram que esse processo de dominação segue ativo, tendo raça e gênero como categorias constitutivas dessa modernidade. Mas o processo de dominação se manifesta nessa trilogia do ser, do saber e do poder. Quando se fala do saber, o processo de dominação e a produção do saber têm a ver com esses epistemicídios, com o silenciamento, com esse padrão de poder que segue sendo um pilar de sustentação da reprodução de conhecimento na universidade. A dimensão da continuidade desse processo de dominação no âmbito do ser se refere à desumanização, à hierarquização de pessoas tendo como padrão que vem da modernidade, a esse padrão como normativo de homem branco, cis, hétero, cristão e do poder. Continuamos com essas mesmas amarras trazidas pela colonização. Assim, o bicentenário tem que ser julgado a partir dessas ideias e práxis que vêm sendo encenadas tanto pelos movimentos negros, quanto pelos indígenas. Mas também existem pessoas brancas nesta luta.

2. Dimensão Epistêmica e do Racismo Estrutural

Entrevistadores: As bases fundadoras da disciplina de Relações Internacionais estão enraizadas nas escolas europeias e norte-americanas, que representavam o “centro” do sistema internacional no século XX. Assim, os teóricos fundadores da disciplina e seus trabalhos tendem a teorizar e se basear em visões de mundo universais a partir da realidade particular de povos brancos, o que promove e incentiva para a não inclusão de perspectivas não-ocidentais. Isso causa espanto pois grandes acontecimentos históricos, objetos de estudo das relações internacionais, como o imperialismo, o colonialismo e a própria estruturação do sistema internacional atual estão diretamente relacionados aos debates étnico-raciais. Na tentativa de incluir tal debate em nossa disciplina, a partir da década de 1990, novas teorias surgiram, como o construtivismo, a teoria crítica e a decolonialidade. Como a senhora avalia o papel dessas teorias para a pluralização dos estudos de Relações Internacionais?

Karine de Souza Silva: Entendo que é importantíssimo que nós estejamos falando de um país periférico, do Brasil. Que tenhamos atenção a essas teorias que são produzidas no Sul. É interessante também mostrar que o nascimento acadêmico das teorias decoloniais é realmente na década de 1990. Por outro lado, é importante entender que é na década de 1990 que a academia organiza esse conceito de colonialidade e decolonialidade. Entretanto, enquanto práxis, este movimento nasceu muito antes da década de 1990. Ele nasce da insubmissão, porque a decolonialidade tem muito a ver com a contestação da ordem colonial. Essa insubmissão ocorre desde a primeira pessoa que é sequestrada no continente africano, desde que o primeiro navio chega aqui no Brasil, desde que a primeira pessoa indígena é escravizada e assassinada, desde que a ocupação ocorre. Essa tentativa de descolonização ou decolonização, poderia dizer também, é um processo que é antigo. Na década de 1990, o Aníbal Quijano vai colocar este conceito, mas há outros autores e outras autoras⁶. Aqui do Brasil, eu posso citar o Abdias Nascimento, a Lélia Gonzalez, o Clóvis Moura e a Beatriz Nascimento. Enfim, bem antes disso, há produções contranarrativas àquelas narrativas oficiais no ambiente acadêmico. Isso é importante dizer. Outra questão que reforça a importância dos estudos das Relações Internacionais a partir dessas perspectivas é o fato de que as epistemologias decoloniais mostram que atualmente ainda seguem ativas as hierarquias de poder baseadas na classificação social, em hierarquias de gênero e raça. Isso é importante para nós. É importante que estejamos atentos e atentas na universidade, no campo de Relações Internacionais para todas essas questões, que são questões que nos atravessam. É importante entender que a raça sempre esteve no centro de poder no sistema internacional e na disciplina. O campo das Relações Internacionais nasce no auge do imperialismo, do colonialismo, logo após as Conferências de Berlim que organizam a partilha e invasão da África, do continente africano. Tanto é que a revista considerada a primeira de Relações Internacionais tem a ver com

questões raciais, ou seja, essa gramática da civilização, a gramática dessa ocupação que está envolvida com o nascimento das Relações Internacionais⁷. E é claro que essa gramática de civilização depois é alternada para desenvolvimento e que no passado também era da cristianização, de salvação dos povos. Essas gramáticas vão se metamorfoseando. Elas estão associadas tanto ao início como à atualidade de nosso campo de estudos. É importante também apontar que o que se chama de “primeiro debate” de Relações Internacionais, aquele debate de guerra e paz, tem a ver com hierarquização racial, muito embora na prática sabemos que isso tem sido omitido, tem sido silenciado. E, obviamente, as Relações Internacionais têm a ver com a colonização e com colonialidade, tanto com a ontologia da disciplina como, também, com as epistemologias, como produção e reprodução do conhecimento. Por isso que também é importante tematizar as Relações Internacionais a partir dessas teorias que colocam em xeque estes temas centrais. Também é necessário interpelar o próprio campo e trazer questões como quem é que tem autorização discursiva, quem são os autores e aí eu falo dos autores inclusive de modo proposital no masculino, quem são os autores que estudamos para entender o mundo. Quais são as narrativas que circulam, quais são as línguas, quais são os temas que têm determinado privilégio, quais são as epistemologias com maior primazia e suas razões. E o porquê de algumas narrativas serem silenciadas, de algumas agências serem silenciadas e negadas. São essas questões que essas teorias vão nos ajudar a responder. É importante descortinar todo esse processo que fica sempre nas entrelinhas e, muitas vezes, não se coloca em conta que não aparecem essas dinâmicas de poder. Quando eu trato de dinâmica de poder, eu preciso entender que raça, enquanto categoria, é relação de poder. E esta questão que eu tematizo em um artigo publicado, em 2021, na Revista de Informação Legislativa chamado “Esse silêncio todo me atordo: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais”. Nele eu discuto uma pergunta que fica no ar: como é que um campo de estudos que tem como um dos principais objetivos estudar as dinâmicas de poder no sistema internacional não coloca a raça como categoria analítica das relações de poder? Isso é fundamental. Recrutando aqui o Frantz Fanon, ele vai trazer um conceito que para mim é fundamental para entender isso: sociogenia⁸. Ele vai mostrar que essas relações de poder devem ser entendidas no plano da subjetividade, ou seja, das nossas identidades, no plano da intersubjetividade e no plano sistêmico do próprio sistema capitalista. Essas dinâmicas de poder não são somente domésticas, elas também são dinâmicas internacionais. Inclusive, a raça enquanto categoria para diferenciação que é muito estudado a partir do século XIX, o conceito de raça sociológica, vai nos mostrar que esse sistema é um sistema de dominação que nasce para garantir privilégios de determinados atores no cenário internacional. O problema é que essas dinâmicas têm sido encobertas, têm sido mascaradas porque é funcional ao sistema que mantém lugares de privilégio e poder. É importante trazer todas essas teorias decoloniais e pós-coloniais porque são epistemes de luta. A nossa educação precisa ser para resistência e tem que ser mediatizada pelo nosso mundo, como diz a Elza Soares naquela música em que ela diz que o nosso país é o nosso lugar de fala⁹. A produção de conhecimento tem que estar vocacionada a desestabilizar esses padrões de poder de opressão. É importante que nós estejamos aqui trazendo essas questões e mostrando os epistemicídios e as assimetrias de poder, que não têm somente referência com a raça. Precisamos tratar desses marcadores sociais de opressão que se revelam tanto no âmbito da raça, como do gênero, de todos os marcadores como o etarismo, por exemplo. São todos eles que estão perpassando essas dinâmicas de poder. Além de tudo, é necessário mostrar conhecimentos produzidos por outros atores e atrizes que têm sido constantemente negados pela academia. Estamos, também, nesse momento, a partir do tensionamento e de reposicionamento de autores e autoras, trazendo outras vozes para a universidade que têm sido negadas.

Entrevistadores: No ano de 2020, testemunhamos a expressividade do ativismo social pela justiça social com o movimento Black Lives Matter. A morte de George Floyd chocou os Estados Unidos. O seu caráter brutal e público causou a revolta dos grupos afro-americanos e deu ímpeto para manifestações por todo o país, inclusive fora das suas fronteiras. O ocorrido motivou importantes oficiais africanos da Organização das Nações Unidas a se manifestarem sobre o racismo estrutural. Ou seja, serviu como um clamor internacional pela igualdade e justiça social nos demais países. Dentro desse contexto, como podemos observar o assunto do racismo estrutural atualmente, na política externa dos países marginalizados ou na atuação internacional de grupos minoritários e qual o impacto de movimentos internacionais como o Black Lives Matter nessa dinâmica?

Marta Regina Fernández: O racismo estrutural é um assunto de natureza global, é um assunto que atravessa as fronteiras nacionais, ou seja, não é um caso isolado que ocorre em um único país como por exemplo no caso dos Estados Unidos ou no caso da África do Sul durante o regime segregacionista do Apartheid, ou unicamente no Brasil. E nem chega ao fim, por exemplo, nos Estados Unidos, com o movimento dos direitos civis e com a garantia desses direitos. É um problema que se arrasta, como os teóricos das perspectivas decoloniais apontam, na ordem do dia há mais de 500 anos. Os teóricos decoloniais vão colocar que, com a conquista da América, passa a existir uma classificação racial da humanidade e que essa classificação se espelha ou propicia uma divisão internacional do trabalho, porque o fato de determinados grupos racializados ocuparem a posição, a condição de escravizados, vai permitir essa acumulação primitiva do capital. Daí uma divisão internacional do trabalho que vai favorecer a Europa. Eu cito um sociólogo que é o Du Bois que está sendo muito recuperado no plano das Relações Internacionais, que dizia justamente que a linha de cor na verdade não era uma linha de cor específica aos Estados Unidos, mas era uma linha de cor global e por isso o interesse que essa questão racial deve ter na agenda das relações internacionais¹⁰. E eu trouxe os decoloniais para chamar a atenção para o fato de que para enfrentar esse racismo estrutural é preciso enfrentar todos os privilégios de ordem material e simbólica que a branquitude adquiriu nesses últimos 500 anos. Então, o que eu acho, é que todo esse ativismo que flui a partir do assassinato do George Floyd está chamando a atenção para essa natureza transnacional do racismo. O Frantz Fanon fala, por exemplo, da zona do ser e da zona do não ser¹¹. A zona do não ser que é aquela habitada por sujeitos que são desumanizados, que são desprovidos de dignidade e como essa zona do não ser seria a zona de uma violência direta, não mediada. O que podemos ver é como que essa zona do não ser está presente na ordem do dia, basta que reflitamos sobre a brutalidade policial, mencionada em relação ao assassinato de Floyd. Só que a brutalidade policial não é uma exclusividade dos Estados Unidos. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, de acordo com dados do Mapa da Violência da Flacso¹². Basta que tenhamos em mente a letra Ismália, do Emicida, que fala que 80 tiros¹³, como foram dados naquela família nos lembram que existe pele alvo e pele alva, ou seja, o que ele está nos falando sobre essa distribuição desigual do valor das vidas a partir dessas linhas de cor colocadas pelo Du Bois. Sabemos como a política externa brasileira foi influenciada pelo próprio mito da democracia racial e quando o problema do racismo não é nomeado, fica difícil enfrentar um problema invisível. E, para enfrentar esse problema é essencial uma concertação internacional, e o enfrentamento das bases materiais desse problema a partir de políticas de reparação, como políticas afirmativas, políticas que ofereçam perdão para dívidas de países africanos, políticas que lutem por igualdade de oportunidades, pela alteração do padrão de desigualdades raciais que se reflete na educação, na saúde, em expectativas de vida desiguais entre populações negras e brancas, direito ao trabalho. Essas perspectivas decoloniais nos falam de uma divisão internacional do trabalho. Vimos isso durante o auge da pandemia de covid-19. Quem eram os trabalhadores essenciais que estavam na linha de frente e, portanto, vulnerabilizados. Outro aspecto importante diz respeito ao ativismo, aos movimentos que decorrem do assassinato de George Floyd. O que podemos ver é que desde sempre existem essas coalizões transnacionais e como elas são importantes para a internacionalização da luta antirracista, ou seja, na medida em que aflora essa consciência dessa dimensão internacional do problema do racismo. Nesse sentido, a importância do tema para a área de Relações Internacionais. Também fica muito claro a necessidade de transnacionalizar essa luta e eu sempre trago o exemplo das mães que aqui no Brasil, por exemplo, perderam seus filhos assassinados pelo Exército e Polícia Militar. Como essas mães, por exemplo, a Ana Paula Oliveira, cofundadora do movimento das mães de Manguinhos, estão enfatizando uma matriz interseccional e internacional de dominação. Interseccional porque é uma matriz que de alguma forma combina elementos raciais, de gênero e de territorialidade, mas como que essa matriz de dominação afeta toda a diáspora negra, seja no Brasil, nos Estados Unidos, na América Latina, em geral. A Patrícia Hill Collins, por exemplo, diz que, apesar da heterogeneidade dessas populações, todas elas compartilham desse legado de escravidão, colonialismo, imperialismo¹⁴. Então, eu digo como que aquele chamado de George Floyd pela mãe ecoou para além das fronteiras nacionais, nas mães do Brasil e de outros países que fizeram essa interconexão entre o luto e a luta. O luto de seus filhos e a luta por transformações sociais. As mães negras também tiveram uma importância fundamental na Conferência de Durban (2001), interpelando o Estado e a ONU por essa luta por justiça. As mães no Brasil vêm interpelando o Estado brasileiro na sua luta por justiça contra um projeto de necropolítica¹⁵, que embora multiplique algumas vidas, o faz promovendo a morte sistemática e o genocídio de outras vidas daqueles sujeitos racializados.

3. Dimensão internacional do racismo brasileiro

Entrevistadores: A política externa do Brasil é, em alguma medida, reflexo da sua política nacional, desta forma o país costuma se engajar em temas dos foros internacionais que também estão sendo trabalhados no âmbito interno. No contexto atual (Governo Jair Bolsonaro 2019-2022), vemos um governo que se afasta do diálogo com pautas importantes, como a do racismo e da inclusão racial. Em quais medidas esse afastamento tem afetado a relação do Brasil com a dimensão étnico-racial no plano internacional?

Karine de Souza Silva: Tem uma questão fundamental: não é somente o afastamento, há realmente uma negação dessas dimensões raciais, uma negação do ecocídio. Esse governo é um governo que vai na contramão da história¹⁶. Temos visto isso inclusive porque os governos passados foram aqueles que pela primeira vez reconheceram internacionalmente que o Brasil era um país racista. Isso acontece a partir da Conferência de Durban (2001), no início desse século. Então, esse governo vai na contramão. O Brasil passa séculos informando-se como uma democracia racial. Depois de Durban, o Brasil se reconhece como um país racista e agora o governo atual retrocede¹⁷, inclusive quando os próprios poderes internacionais estão tematizando essas questões. Quando se fala do racismo, também entram pautas como, por exemplo, o racismo ambiental, as políticas de imigração. Isso obviamente é péssimo para a nossa reputação, não somente no plano internacional. É péssimo porque as populações indígenas estão sendo cada vez mais massacradas. Inclusive, os povos indígenas, através da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), enviaram uma demanda para o Tribunal Penal Internacional em função do ecocídio e do genocídio¹⁸. Então, internacionalmente isso é algo que vai ser julgado por um tribunal internacional e é péssimo para a nossa reputação. Mas a minha pior preocupação não é a reputação, porque as pessoas estão morrendo, as pessoas estão sendo dizimadas, estão sendo exterminadas. É com isso que precisamos nos preocupar. Não só as pessoas, mas também as nossas florestas, a nossa biodiversidade, estão sendo completamente frutos daquilo que é o conceito do chamado “ecocídio”. E, por outro lado, eu falava da pauta de imigração, que o próprio mandatário declarou que os haitianos, senegaleses, bolivianos, iranianos são a escória do mundo¹⁹. Ao mesmo tempo em que o mandatário informa isso, claramente também nega tanto o genocídio como o ecocídio. Portanto, esses discursos anti-imigrantista não brancos, porque sabemos que quando se diz que a escória do mundo são esses racializados não brancos, isso significa que os brancos são bem-vindos, como sempre foram aqui no Brasil. Não que não devam ser, mas devem ser também todos, todas e todos. Esses discursos acabam reencenando estigmatizações de pessoas desejadas e de pessoas indesejadas. São essas estigmatizações que povoam nosso imaginário desde muitos séculos atrás. Isso significa que se acende uma luz vermelha nessa sociedade construída, fundada, como diz o Frantz Fanon naquele livro, “Os condenados da Terra”, sobre o colonialismo, que é a práxis fundadora da violência. Então, esse país é um país construído sobre os pilares da barbárie. Isso por outro lado é negativo no sentido de que o Estado está cada vez mais isolado quando se trata de questões prioritárias para a própria nação.

Entrevistadores: A Conferência de Durban foi uma conferência promovida pela Organização das Nações Unidas em 2001, para discutir questões envolvendo o racismo e a discriminação racial em um contexto de fortalecimento de discursos intolerantes e supremacistas. Dentro disso, qual a importância da participação do Brasil, um país historicamente marcado pelo racismo e por desigualdades socioeconômicas, na Conferência? E quais as contribuições dessa ação multilateral para a inserção das questões raciais na agenda da política externa brasileira?

Marta Regina Fernández: Eu acho que primeiro devemos situar a Conferência de Durban no âmbito das conferências mundiais que ganham força no cenário internacional a partir da década de 1990. Aquele cenário de intenso otimismo pelo fim da Guerra Fria, pelo fim da rivalidade entre as superpotências, onde se acreditava que enfim os Estados poderiam vir a cooperar, onde o próprio presidente dos Estados Unidos, George Bush (1989-1993), colocou a ideia de uma nova ordem mundial. Sabemos que o Brasil em termos de política externa tem uma tradição de defesa do multilateralismo, embora atualmente possamos dizer que esse multilateralismo está em crise. Mas o Brasil tem essa tradição. Inclusive, sediou uma dessas conferências que foi a Rio 92. Eu acredito que a Conferência de Durban tenha sido muito importante para o Brasil, embora não possamos inflacionar essas conquistas. O movimento negro, por exemplo, vinha com

enormes expectativas em relação à Conferência e é importante também que tenhamos em mente até onde a Organização das Nações Unidas (ONU) pode chegar. Ali é um palco de disputas, de enfrentamentos, é difícil chegar a um consenso, mas dentro do que foi possível, a Conferência foi um grande avanço. Tem uma ativista brasileira, a Nilma Bentes, que faz uma comparação que eu acho bem interessante²⁰. Ela fala que as conferências mundiais da ONU se assemelham um pouco às estatísticas brasileiras, ou seja, elas são sempre precárias, mas é melhor tê-las como referência do que não dispor de referência nenhuma. É claro que também considerando que a Conferência de Durban vem no lastro, na esteira, de duas outras conferências em 1978 e 1983 que tiveram como foco a África do Sul, pois ali havia, até 1994, um regime de segregação formal. Porém, a Conferência de Durban, de alguma forma, foi capaz de discutir o racismo estrutural, que atravessa o sistema internacional. E, por isso, dá uma atenção para o próprio *apartheid* brasileiro, tentando mostrar como o racismo não seria um problema exclusivo desses países onde o racismo se materializa de uma forma mais aberta e explícita, como foi o caso dos Estados Unidos antes do movimento dos direitos civis e como foi o caso da África do Sul. Existe uma charge que é trazida pela socióloga Flávia Rios, na qual tem uma pessoa assistindo televisão e consternada pelo racismo na África do Sul enquanto a polícia militar está invadindo a sua casa. Ou seja, explícita que, apesar do mito da democracia racial, nossa sociedade foi forjada pela escravidão e pelo colonialismo²¹. É uma sociedade bastante intolerante e estamos vendo isso de uma forma muito mais explícita nos dias de hoje. É claro que a Conferência de Durban trouxe uma conquista muito importante que foi o reconhecimento do tráfico transatlântico, do tráfico de escravizados como um crime de lesa humanidade. Obviamente, quando você tem esse reconhecimento, você também abre a guarda e cria as condições e possibilidades para avançar políticas e demandas por reparação pelos africanos e afrodescendentes. Isso gera uma hesitação por parte das potências ocidentais, porque de alguma forma implica que elas reconheçam que o desenvolvimento e enriquecimento delas foi em parte produzido pelos benefícios adquiridos desse tráfico, da escravização, da exploração de riquezas no continente americano. Sempre falamos nas Relações Internacionais que a Europa, ou pelo menos assim defendem as perspectivas convencionais *mainstream* das Relações Internacionais, tivesse se desenvolvido a partir de um processo endógeno, através de uma “teoria de *big bang*”, de um processo autogerado, autocontido. E o que sabemos e o que as perspectivas decoloniais trazem à tona é a ideia de que a Europa não seria Europa, tanto materialmente quanto subjetivamente, sem a participação desse chamado “resto do mundo”. Ou seja, como a Europa se constitui a partir de toda essa exploração, espoliação do resto do mundo. Eu acredito que o que a Conferência de Durban, diferentemente das outras conferências de meio ambiente e de direitos humanos que a precederam, possibilitou foi o debate de que agora não dava mais para a Europa dizer que o problema do racismo é do outro, do resto do mundo. Durante muito tempo, podemos trazer até o próprio Guerreiro Ramos, o problema do racismo foi visto como um problema do outro, um problema do negro²². E, nesse contexto, o mundo ocidental, o mundo da branquitude, tinha que de alguma forma se implicar no processo e reconhecer os males da escravidão e da colonização. Foi explicitada uma visão contrária àquela da missão civilizatória, que dizia que a colonização havia sido de alguma forma positiva para os colonizados no sentido de levá-los a etapas superiores de civilização. As conquistas não foram grandes coisas, mas eles chegaram a reconhecer o que chamavam de “eventuais males e excessos da colonização”. Foi o mínimo denominador comum possível a partir da Conferência de Durban, mas foi um grande avanço reconhecer os males, ainda que com essa ideia de “eventuais”. Agora, o que eu acho também bem importante, como disse o falecido diplomata Lindgren Alves²³, é entender Durban como uma conferência que não terminou, como Zuenir Ventura diria sobre o ano de 1968. É importante que continuem existindo demandas pela implementação das políticas públicas coerentes com aquilo que foi acordado na Conferência. Então, sobretudo para aqueles que estudam política externa, isso mostra claramente a importância de entender o Estado não como aquele ator unitário, mas de “abrir a caixa preta” e tentar ver essas variáveis domésticas. Como os movimentos negros, as organizações negras brasileiras, por exemplo, foram fundamentais no exercício dessa pressão e na construção da Conferência. A ativista Sueli Carneiro chama atenção para o protagonismo das mulheres negras na Conferência, no combate ao racismo e a discriminação racial tanto no plano nacional quanto no internacional²⁴. Ela vai chamar atenção, por exemplo, para contribuições originais dessas mulheres na Conferência de Durban. Fátima Oliveira, da Organização Panamericana de Saúde, vai dar uma contribuição ao demandar esse reconhecimento do recorte racial e étnico, combinado com um recorte de gênero no campo da saúde²⁵. Portanto, uma das importâncias dessas mulheres negras, desse protagonismo na Conferência de Durban, foi chamar atenção

para a problemática específica vivenciada por elas. E nesse sentido, como diz a Sueli Carneiro, também estreitar a parceria, a cooperação e a concertação com organizações feministas pelo mundo afora.

Entrevistadores: Por muitas décadas, reinou no Brasil a ideia da “democracia racial”, onde negros, brancos e indígenas viviam em harmonia, sem haver racismo no país. Mesmo que essa ideia tenha tido represálias desde seu início, e até mesmo tenha sido defendida por negros, como considera o professor Antônio Sérgio Guimarães, da Universidade de São Paulo, a senhora considera que esse discurso ainda se encontra presente na sociedade brasileira? E mais, acha que ele também pode ser observado na atual política externa do país?

Marta Regina Fernández: Sabemos como esse mito, essa falácia da democracia racial, foi mobilizado pelo discurso oficial brasileiro e pela política externa brasileira, tendo sido estabilizado pelo Gilberto Freyre que nos falava que no Brasil haveria essa suposta harmonia, esse convívio harmônico entre negros, indígenas e brancos²⁶. O mito da democracia racial ocultou a dimensão do racismo que nos estruturava. Nesse sentido, ao silenciar esse racismo, dificultou o debate. Ao não nomear o problema, como você vai enfrentar um problema que não existe? Então, a sociedade brasileira sempre ocultou o seu racismo, deixou oculto debaixo do tapete. É o que Lélia Gonzalez chama de racismo por denegação²⁷. Ou o que Abdias do Nascimento chama de racismo mascarado²⁸. O que sabemos é que a construção do racismo foi extremamente danosa. Lélia Gonzalez chama essa construção do racismo, que é ibérica, diferentemente da forma como ele se materializou nos Estados Unidos – um racismo muito mais aberto e segregacionista –, mas como uma forma muito mais sofisticada de racismo. Abdias do Nascimento vai dizer que ela é extremamente perigosa e sedutora. Por um lado, alivia a responsabilidade do dominador, já que diz que aqui não há racismo. Por outro lado, em relação ao dominado, ao subalternizado, ele se torna de alguma forma impedido de ver a origem da opressão. Segundo Abdias, isso também acaba reduzindo a determinação dele de confrontar e de reagir ao racismo. Esse mito foi muito prejudicial e nós tivemos o Abdias do Nascimento, por exemplo, fazendo um enorme investimento contra essa imagem mítica produzida pelo Brasil mundo afora. A imagem da democracia racial foi altamente consumida pelos círculos internacionais. A política externa brasileira se autoproclamava e se orgulhava de um país plurirracial e multiétnico. O que o Abdias tentava mostrar era a face intolerante do Brasil que era silenciada.

Aquele país que se dizia um paraíso racial, no final das contas, era o mesmo país que patrocinava o genocídio contra a população negra. Era o mesmo país que se alinhava ao colonialismo português na África, que mantinha relações cordiais e diplomáticas com o governo racista da África do Sul. Todas essas ambiguidades da política externa brasileira eram realçadas pelo Abdias do Nascimento. Ao mesmo tempo em que o Brasil colocava uma retórica, uma narrativa anticolonial e antirracista, se alinhava ao colonialismo português, as potências imperialistas. Daí o Abdias chamar atenção para essa contradição terrível: que o Brasil, o maior país de população negra do mundo depois da Nigéria, que tanto proclamava ser o berço da democracia racial e se colocava na linha de frente liderando internacionalmente a luta antirracista, mantinha relações diplomáticas e cordiais com o governo da África do Sul. E, internamente, promovia o genocídio da população negra. Então, o que ele tentava mostrar é justamente essa questão que eu coloquei anteriormente, como que o racismo à brasileira era tão violento e destrutivo como o racismo que havia vigorado nos Estados Unidos, na África do Sul. Ainda, como aqui no Brasil existiu, desde o período pós-abolição, uma série de políticas subsidiadas pelo Estado brasileiro no sentido de eliminar a população negra. Conforme consta nos documentos oficiais, a política de embranquecimento feita pelo Estado brasileiro subsidiou uma política de imigração de mais de 3 milhões de imigrantes europeus para o Brasil pós-abolição. Maria Aparecida Bento fala que é um número equivalente ao número de africanos que chegam ao país nos três séculos anteriores²⁹. Essa política tinha uma finalidade explícita e documentada, de embranquecer a população brasileira. Essa é uma das marcas do genocídio conforme coloca o Abdias do Nascimento. E sim, essa narrativa da democracia racial eu acredito que ainda esteja presente na política externa brasileira. Basta que vejamos os depoimentos tanto do Bolsonaro quanto do próprio Mourão, o vice-presidente. Logo depois do assassinato daquele jovem negro por um segurança de supermercado Carrefour, o Mourão veio à tona dizer que não existe racismo no Brasil³⁰ e o Bolsonaro no Dia da Consciência Negra disse que estávamos tentando importar visões que são externas à nossa história³¹. Mas o que eu estou querendo mostrar aqui,

a partir de Abdias do Nascimento e de outros, é que embora o racismo no Brasil se materialize a partir desse discurso da democracia racial, a gente pode traçar inúmeras similaridades entre o racismo no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul; sobretudo em termos de consequências físicas, sobre as mortes provocadas pelos racismos. O que fica muito claro a partir do assassinato do George Floyd é como ele suscita as lutas transnacionais. De certa forma, fica evidente como o governo atual (Governo Jair Bolsonaro 2019-2022) promove uma política de sucateamento, de extinção de conselhos, de órgãos consultivos, de esvaziamento, de cortes orçamentários em políticas de promoção de igualdade racial. Assim, obstrui a ponte entre sociedade civil e Estado. Enquanto os governos Lula e Dilma avançaram nessa pauta de institucionalização das políticas raciais para o enfrentamento das desigualdades raciais e étnicas, muito em função da pressão histórica dos movimentos negros, o que vemos hoje é um esvaziamento dessa agenda e um reflexo na política externa brasileira de modo mais geral. E novamente voltamos à questão, se você diz que não existe raça, que não existe racismo no Brasil, não há formas de enfrentá-lo. E a consequência política é exatamente retirar verbas destas pastas e esvaziar estas agendas.

NOTAS

¹ A entrevista transcrita é parte do podcast PEBcast, projeto de iniciação científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba, financiado pelo CNPq. O projeto versa sobre temas da política externa brasileira (PEB). <https://www.instagram.com/pebcast.ufpb/>.

² Temor dos proprietários e dos brancos de acontecer em suas sociedades a mesma revolução bem-sucedida dos povos negros e escravizados que ocorrera na então colônia francesa São Domingos, rebatizada de Haiti após a emancipação (Geggus, 1997; James, 1989 *apud* Sá, 2016, p. 3)

³ A entrevistada refere-se ao trabalho de Marcos Vinícius Lustosa Queiroz, intitulado *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Dissertação publicada em 2017 e disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23559>.

⁴ A entrevistada cita o trabalho de Clóvis Moura, intitulado *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, que teve sua primeira edição publicada em 1959.

⁵ A entrevistada cita o trabalho de Migual Borba de Sá, intitulado *Haitianismo: colonialidade e bipoder no discurso político brasileiro*, sua tese de doutorado publicada em 2019 e disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37787/37787.PDF>.

⁶ A entrevistada cita o trabalho de Aníbal Quijano, intitulado *Colonialidad y modernidad/razionalidad*, publicado em 1992.

⁷ A entrevistada refere-se à revista *Race and Development*, citada em seu trabalho “‘Esse silêncio todo me atordo’: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais”, publicado em 2021.

⁸ A entrevistada cita o trabalho de Frantz Fanon, intitulado *Pele negra, máscaras brancas*, publicado em 2008.

⁹ A entrevistada menciona a música “O que se cala”, interpretada pela cantora brasileira Elza Soares e lançada em 2018.

¹⁰ A entrevistada cita o trabalho de Du Bois, intitulado *Worlds of Color*, publicado em 1925.

¹¹ A entrevistada refere-se ao trabalho de Frantz Fanon, intitulado *Os condenados da terra*, publicado em 1968.

¹² Cf. <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/acada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>

¹⁴ Não é possível especificar a qual trabalho de Patrícia

Hill Collins a entrevistada se refere. Entretanto, diversos trabalhos de Collins abordam a temática, como “*Intersectionality as critical social theory*”, publicado em 2019, e “*Intersectionality and epistemic injustice*”, publicado em 2017.

¹⁵ Termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, em 2003, em ensaio homônimo e, posteriormente, livro.

¹⁶ A entrevistada refere-se ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

¹⁷ Idem.

¹⁸ A entrevistada cita o fato da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ter denunciado o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional, também conhecido como Tribunal de Haia, em 2021. A denúncia da APIB ao tribunal responsabilizou o então mandatário brasileiro por crimes contra os povos indígenas, abrangendo o período desde o início do mandato, em 2019, e com ênfase especial no período da pandemia de covid-19. Disponível em <https://cimi.org.br/2021/08/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>.

¹⁹ A entrevistada menciona a declaração do então deputado federal e ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro em 2015, na qual ele se referiu a refugiados como “escória” e “ameaça”. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ouca-entrevista-em-que-bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-e-sugere-infarto-a-dilma-46313/>.

²⁰ A entrevistada cita o trabalho de Nilma Bentes, intitulado *Brasil-Durban-Brasil: um marco da luta contra o racismo*, publicado em 2002.

²¹ A entrevistada cita uma charge de Maurício Pestana, na qual é retratada uma família negra indignada com a violência na África enquanto policiais militares invadem a sua casa. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/bolsonaro-e-mourao-reproduzem-discurso-racial-da-ditadura-militar-diz-sociologa.shtml>.

²² A entrevistada cita o trabalho de Guerreiro Ramos, intitulado *O problema da sociedade brasileira*, publicado em 1954.

²³ A entrevistada cita o trabalho do falecido diplomata brasileiro José Augusto Lindgren Alves, intitulado *A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos*, publicado em 2002.

²⁴ A entrevistada cita o trabalho de Sueli Carneiro, intitulado *A batalha de Durban*, publicado em 2002.

²⁵ A entrevistada cita o trabalho de Fátima Oliveira, intitulado *Ser negro no Brasil: alcances e limites*, publicado em 2004.

²⁶ A entrevistada cita o trabalho de Gilberto Freyre, intitulado “Casa-grande & senzala”, publicado em 1933.

²⁷ A entrevistada cita o trabalho de Lélia Gonzalez, intitulado *A categoria político-cultural de amefricanidade*, publicado em 1988.

²⁸ A entrevistada cita o trabalho de Abdias do Nascimento, intitulado *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado*, publicado em 1978.

²⁹ A entrevistada cita o trabalho de Maria Aparecida da Silva Bento, intitulado *Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, publicado em 2002.

³⁰ A entrevistada refere-se à declaração dada pelo ex-vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão em 2020, quando afirmou que, em sua opinião, não existe racismo no Brasil. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>.

³¹ A entrevistada refere-se à declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2020, quando afirmou que o Brasil possui uma cultura diversa, sendo única entre as nações e que algumas pessoas instigam o povo brasileiro à discórdia, gerando conflitos que atentem não apenas contra a nação, mas contra a própria história brasileira. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/todos-tem-a-mesma-cor-diz-bolsonaro-em-dia-da-consciencia-negra/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, S. (2016, set. 13). *O que é racismo estrutural?* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>.

Chalhoub, S. (2014). População e sociedade. In J. M. de Carvalho. (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. (Vol. 2., pp. 36-81, Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva.

Collins, P. H. (2017). Intersectionality and epistemic injustice. In *The Routledge handbook of epistemic injustice* (pp. 115-124). Routledge.

Collins, P. H. (2019). *Intersectionality as critical social theory*. Duke University Press.

Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Fernández, M. (2022). Marta Fernandez [Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio]. Recuperado de <http://www.iri.puc-rio.br/equipe/marta-fernandez/>

Moreira, V. M. L. (2022, ago. 9). Aula Inaugural 2022.2: Povos indígenas no processo de independência. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=iEP47xhEIUU>

Moura, C. (1981). *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Lech Livraria.

Nascimento, A. do (1980). *O Quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes.

Pimenta, J. P. (2022, fev. 11). *A Independência: uma história em construção*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=auW7jlgKHPE&t=89s>

Queiroz, M. V. L. (2017). *Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Sá, M. B. de (2019). *Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sá, M. B. de (2016). *Haitianismo: medo e ação das elites na produção do Brasil*. Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, SC, Brasil, 3. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Silva, K. de S. (2021). “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa*, 58(229), 37-55.

Silva, K. de S. (2022, abr, 27). Karine de Souza Silva [Escavador]. Recuperado de <https://www.escavador.com.br/>

com/sobre/6428303/karine-de-souza-silva.

Skidmore, T. E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.